

# ANÁLISE DO CONTEXTO DE INFLUÊNCIAS NA ORGANIZAÇÃO DE UM SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO: as imbricações entre sociedade política e sociedade civil

---

Oséias Santos de Oliveira

Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Brasil

## Resumo

Este artigo objetiva discutir as influências exercidas pela sociedade política e pela sociedade civil na construção de um Sistema Municipal de Ensino considerando que tais influências podem se projetar em dois aspectos: a) na definição de um modelo de manutenção e sustentação de práticas centralizadas e hierarquizadas ou b) como uma proposta de transformação, por meio de ações contra-hegemônicas, no que se refere à articulação de um paradigma de gestão da educação pautado em princípios participativos, democráticos e descentralizados. A análise tem como campo o Sistema Municipal de Ensino de Santa Rosa (SME/SR) ressaltando-se o pioneirismo deste município gaúcho na constituição de seu próprio SME, o que ocorre em 1999. A pesquisa ancora-se na abordagem sobre Ciclo de Políticas quando, para este estudo, elege-se o Contexto de Influências como o elemento de discussão uma vez que neste os distintos sujeitos da sociedade política e civil se imbricam de modo a definir as tratativas que influenciarão na definição das finalidades sociais da educação. Participaram da pesquisa prefeitos, secretários municipais de educação e presidentes do Conselho Municipal de Educação, em atividade entre 1997 e 2012. Conclui-se que a comunidade, localmente aparelhada, tem a possibilidade de planejar e acompanhar as políticas educacionais, no entanto, alguns entraves de ordem ideológico-partidárias e de interesses de determinados grupos, tendem a prevalecer sobre os interesses coletivos. Neste sentido é preciso acerrar-se de dispositivos que não só garantam a coexistência de espaços participativos, mas que também favoreçam o compartilhamento de ideias e a execução de projetos de modo que os distintos sujeitos educativos se articulem em um permanente exercício de aprendizado da democracia.

**Palavras-chave:** Educação; Democratização; Sistema Municipal de Ensino.

## Abstract

This article aims to discuss the influences exerted by the political society and the civil society in building a Municipal Education System considering that such influences can be projected on two aspects: a) the definition of a model for maintenance and support of centralized and hierarchical practices or b) as a transformation proposal, through counter-hegemonic actions, with regard to the articulation of a education management paradigm guided by participatory, democratic and decentralized principles. The analysis has as field the Municipal Education System of Santa Rosa (SME / SR) emphasizing the pioneering of this municipality from Rio Grande do Sul in setting up their own SME, which occurs in 1999. The research is established in the approach about the Cycle of Policies when, for this study, is elected the Influences Context as the discussion element, since in this the distinct subjects of political and civil society overlap to define the negotiations that will influence the definition of the social purposes of education. Participated in the research mayors, municipal education secretaries and presidents of the Municipal Board of Education, active between 1997 and 2012. It was concluded that the community, locally equipped, has the ability to plan and track educational policies, however, some barriers of ideological-party reasons and interests of certain groups tend to prevail over collective interests. In this sense it is necessary to establish devices that not only ensure the coexistence of participatory spaces, but also foster the sharing of ideas and the execution of projects, so that different educational subjects are linked in a continuous learning exercise of democracy.

**Keywords:** Education; Democratization; Municipal Education System.

## 1. Introdução: situando a pesquisa

A análise em torno da organização de um Sistema Municipal de Ensino constitui-se em tema pessoal de estudo levado a efeito por ocasião da elaboração de minha tese de doutoramento, defendida em 2012, junto à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e apresentada sob o título: “Sistema Municipal de Ensino: arena de confluências, rupturas e desafios na democratização da educação”. Também cabe salientar que o recorte do estudo ora apresentado foi objeto de comunicação, em 2012, no 26º Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, configurado como uma das mais importantes reuniões científicas do Brasil na área das políticas públicas e gestão educacional e realizado no Recife/PE. A produção decorrente deste evento foi publicada sob a forma de anais e aqui é apresentada de modo ampliado, reafirmando alguns elementos em torno do mesmo tema.

A possibilidade de organização dos Sistemas Municipais de Ensino (SME) sob a perspectiva democrática e participativa destaca-se em uma temática atual e sua discussão precisa considerar os referenciais prescritos na legislação brasileira, em especial na Constituição Federal (CF/88) que, avançando em relação às cartas constitucionais anteriores, eleva o município à condição de ente federado com responsabilidades expressivas quanto aos processos gerenciais e organizativos das políticas públicas na esfera local.

Este artigo objetiva discutir as influências exercidas pela sociedade política e pela sociedade civil na construção de um Sistema Municipal de Ensino considerando que tais influências podem se projetar em dois aspectos: a) na definição de um modelo de manutenção e sustentação de práticas centralizadas e hierarquizadas ou b) como uma proposta de transformação, por meio de ações contra-hegemônicas, no que se refere à articulação de um paradigma de gestão da educação pautado em princípios participativos, democráticos e descentralizados.

A presente análise se insere, enquanto pesquisa de natureza qualitativa, como um estudo de caso que tem seu enfoque no Sistema Municipal de Ensino de Santa Rosa (SME/SR). Cabe destacar que o município de Santa Rosa, localizado na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, foi administrado entre 1997 e 2012 por três partidos políticos e suas coligações que se revezaram no poder executivo municipal, sendo estes: o PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro (1997- 2000) compreendido nesta investigação como Período de Criação do SME); o PP – Partido Progressista (que permanece por dois mandatos consecutivos no poder municipal, entre 2001 e 2008) aqui entendido como o Período de Implantação do SME e o PT – Partido dos Trabalhadores (2009-2012) definido como Período de Consolidação do SME.

A Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2003), em estudos já na década de 1970, é adotada, nessa produção, como procedimento para exploração, tratamento e análise dos dados, que são coletados através de entrevistas, questionários abertos e questionários mistos que por sua vez são abordados com o auxílio do *software* Atlas/ti. O

uso de um *software* de análise qualitativa possibilitou a organização do material e a criação de redes de análise.

Como aporte teórico para a interpretação dos dados optou-se pelo enfoque empreendido por Ball e Bowe (1992; 1994) denominado Ciclo de Políticas, que compreende o estudo de cinco contextos: 1) de influências, 2) da produção de textos, 3) da prática, 4) dos resultados/efeitos e 5) das estratégias políticas.

A análise efetivada neste estudo parte do elemento *a priori* Contexto de Influências, quando são entrevistados dois ex-prefeitos, denominados de Gestores Municipais (GM 01 e GM 02) e três ex-secretários municipais de educação, aqui citados como Gestores Municipais Educacionais (GME 01, GME 02, GME 03) e ainda conta-se com a participação, através de questionários, de cinco ex-Presidentes do Conselho Municipal de Educação (nesta pesquisa nominados como Presidente do CME 01, Presidente do CME 02, Presidente do CME 03, Presidente do CME 04 e Presidente do CME 05). As entrevistas com os sujeitos políticos foram gravadas e transcritas para posterior análise e os questionários, contendo questões mistas foram aplicados aos sujeitos da sociedade civil, caracterizados na figura dos ex-presidentes do Conselho Municipal de Educação.

A partir das categorias elencadas no Contexto de Influências, tomando por base os dados coletados junto aos sujeitos formuladores das políticas (tanto os sujeitos políticos como prefeitos e secretários municipais de educação, quanto os presidentes do CME, na condição de sujeitos representantes da sociedade civil organizada), torna-se possível observar os elementos geradores e motivadores da construção de ações educacionais no espaço do SME/SR, e ainda, sob a ótica destes mesmos sujeitos, são ressaltadas as intenções, os discursos e as implicações advindos no conjunto de influências que se processam nos distintos âmbitos do sistema.

## **2. Ciclo de Políticas: um referencial teórico para o processo de análise das políticas educacionais**

A abordagem do Ciclo de Políticas pode ser percebida como um importante método analítico, em especial na atual conjuntura de apreciação das políticas educacionais quando percebe-se a necessidade de se ultrapassar os enfoques que posicionam a “globalização como produtora da homogeneidade cultural quanto aos enfoques que se submetem a uma inviabilidade e a um caráter completamente novo dos atuais intercambiamento entre as nações” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 254). Deste modo, a abordagem se volta para as políticas produzidas localmente, com características de heterogeneidade, mas que, numa faceta de amplitude pode transferir múltiplos sentidos ao global, o que para Ball (2001) torna evidente e necessária à articulação entre o global e o local.

O foco da análise política, conforme Mainardes (2006), apoiado nas ideias de Bowe e Ball (1992), perpassa a formação do discurso da política em análise e a interpretação que se efetiva a partir dos documentos que retratam as posições dos sujeitos constituidores e

executores das práticas que se expressam nos documentos. Estes se relacionam em dois campos: o do texto da política e o da prática. Neste sentido estariam envolvidas as tensões que se evidenciam neste processo, identificadas pelos espaços de resistência, nos subterfúgios e conformismos que se apresentam dentro e entre os distintos locais da prática e também no desvelamento de conflitos e disparidades entre os discursos levados a efeito nestes mesmos espaços.

O Quadro 01 explicita os cinco contextos de um Ciclo de Políticas, de modo a situar o raio de ação de construção de uma política pública. Os conceitos expostos neste quadro trazem uma síntese das ideias de autores como Bowe e Ball (1994) e de Mainardes (2006).

<b>a) Contexto de Influência</b>	É identificado como o momento em que os distintos grupos se articulam para, num movimento de disputa de interesses, influenciar e apresentar as finalidades sociais da educação – é o espaço onde se iniciam as discussões em torno de uma política pública, sendo que neste os discursos políticos são construídos.
<b>b) Contexto da Produção de Texto</b>	Está imbricado com a linguagem do interesse público mais amplo. Os textos políticos produzidos são o resultado de disputas e acordos de interesses expostos nos distintos grupos – o que torna próximo o contexto de produção de textos do contexto de influência. O conjunto dos textos produzidos deve ser considerado na relação tempo-local onde são elaborados, uma vez que a exposição das ideias na definição de uma política não se esgota na produção do texto em si mesmo.
<b>c) Contexto da Prática</b>	É definido em torno do lugar onde a política é submetida à interpretação e recriação nos quais são possíveis de se constatar efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política originalmente proposta.
<b>d) Contexto dos Resultados/Efeitos</b>	Reporta a análise dos impactos e interações das políticas em relação às desigualdades presentes na sociedade e está articulado às questões de como justiça social, igualdade e liberdade individual podem ser relevadas pelo poder público.
<b>e) Contexto da Estratégia Política</b>	Como componente essencial à pesquisa crítica articula-se com a identificação das distintas atividades sociais e políticas que seriam elementares para se trabalhar/operar com os problemas identificados, em especial as desigualdades que se originam da política que se encontra em observação.

Quadro 01: Contextos de um Ciclo de Políticas

Fonte: Elaborado pelo autor com base em estudos Bowe e Ball (1994) e de Mainardes (2006).

A abordagem do Ciclo de Políticas pode ser considerada como um método de pesquisa de políticas uma vez que o processo de formulação das políticas públicas é percebido através de um ciclo contínuo onde se entrelaçam a criação e recriação destas ações (MAINARDES; FERREIRA e TELLO 2011). No processo de análise das políticas educacionais é necessário que se atente para a orientação de Ball (2011) quando este autor pondera que falhas ocorrem quando a educação passa a ser vista e analisada desfragmentada do campo mais amplo da mudança na política social. Isto poderia provocar um isolacionismo que se firma na “desconexão substantiva das pesquisas em política

educacional da arena geral da política social” (BALL, 2011, p. 43).

### **3. Os Períodos de Análise: Criação, Implantação e Consolidação do SME/Santa Rosa**

No processo de organização do tempo cronológico para delimitação da investigação optou-se por definir três períodos básicos, nos quais, a partir das ações executadas em cada um deles, pode-se mover a análise sobre as políticas educacionais levadas a efeito no Município de Santa Rosa/RS.

Ao longo dos três períodos elencados nesta pesquisa (de Criação, de Implantação e de Consolidação do SME/Santa Rosa) três partidos políticos (PMDB – PP – PT) e suas coligações se revezaram no poder municipal. Porém, convém salientar que diversos outros partidos políticos estiveram articulados nos processos relativos à gestão Municipal de Santa Rosa, seja no apoio, como base aliada e de sustentação aos partidos majoritários, seja na condição de partidos de oposição quando então assumiram papel importante no acompanhando, fiscalização ou mesmo proposição de políticas que seriam desenvolvidas no âmbito municipal.

A Figura 01 ilustra os períodos de análise proposto neste estudo, a partir da criação, implantação e consolidação do Sistema Municipal de Ensino de Santa Rosa/RS.

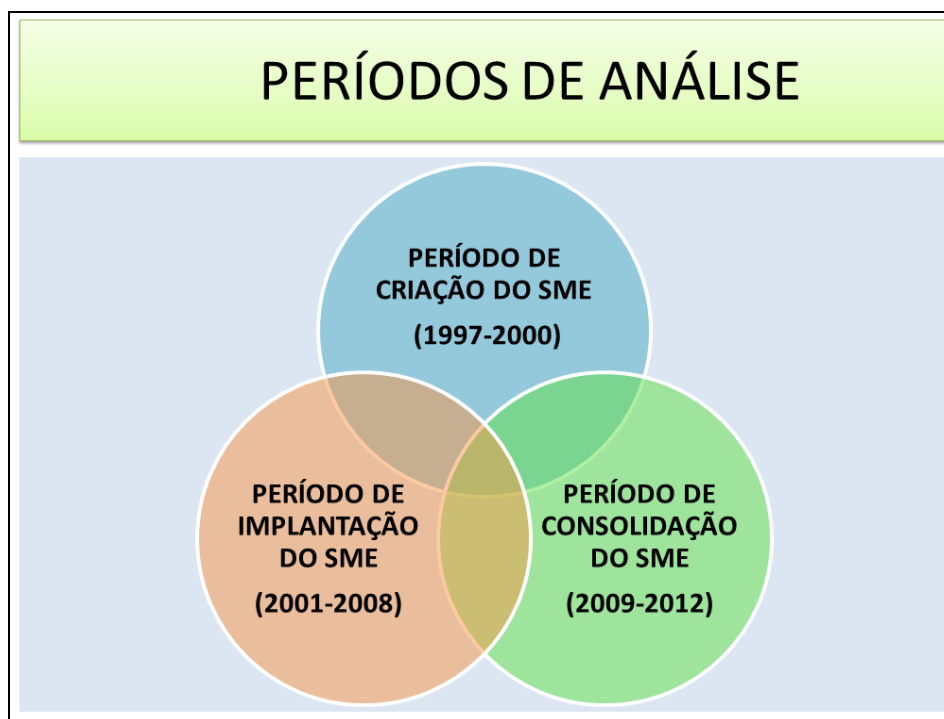


Figura 01 – Períodos políticos delimitados na identificação dos processos em torno da criação,

implantação e consolidação do SME/SR.  
Fonte: Produção própria.

Destacam-se, a seguir, as principais ações educacionais municipais em cada período de existência do SME/Santa Rosa. De modo a esclarecer as questões centrais em cada período apresentam-se, preliminarmente, as principais referências legais bem como as ações desencadeadas a partir delas.

### *3.1 O período de criação do SME (1997 – 2000)*

No Período de Criação do SME (1997 – 2000) esteve à frente do governo Municipal o PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro, com vice-prefeito pertencente ao PDT – Partido Democrático Trabalhista. Neste período são observadas as tratativas de acolhimento da legislação educacional nacional, em especial no atendimento aos dispositivos fixados a partir Lei de Diretrizes e Bases (LDB/96) recém-promulgada, que trazia em seu bojo a possibilidade de criação dos Sistemas Municipais de Ensino. Com um novo governo assumindo a administração municipal neste período nascem também as primeiras discussões e os entendimentos se sobre a necessidade de criação do sistema de ensino próprio. Neste sentido, as influências nacionais e locais se fazem sentir num processo de adequação aos dispositivos propostos na legislação educacional. Fruto de articulações de setores sociais e mesmo dos interesses políticos o Sistema Municipal de Ensino é instituído legalmente a partir do Diploma Normativo estabelecido em 1999 – conhecido como a Lei Municipal nº 3.211 de 14 de julho.

Ações de organização do incipiente Sistema Municipal de Ensino se fazem sentir na reorganização do Conselho Municipal de Educação (CME), que já existia desde 1990, contudo, sem autonomia própria este ficava ainda sob a tutela do Conselho Estadual de Educação. A reorganização do CME, a partir da promulgação da Lei Municipal n. 3.212 de 14 de julho de 1999, confere a este colegiado autonomia para normatizar, fiscalizar e avaliar as ações educacionais locais. Também, se articula neste período a reorganização da Secretaria Municipal de Educação quando o gestor municipal educacional passa a ser um ordenador de despesas, com implicações e responsabilidades ampliadas quanto ao processo de gestão. Neste momento, compreendido a partir das concepções, influências e atenção à legislação do macro sistema educacional, se concretiza a existência do Sistema Municipal de Ensino de Santa Rosa, sendo então analisado nesta investigação como Período de Criação do SME.

### *3.2 O período de implantação do SME (2001 – 2008)*

No Período de Implantação do SME (2001 – 2008) o município de Santa Rosa foi administrado por duas gestões sob o comando do mesmo prefeito filiado ao PPB – Partido

Progressista Brasileiro que, em 2003, veio a transformar-se em PP – Partido Progressista, sendo que nestas duas gestões o cargo de vice-prefeito foi ocupado respectivamente por políticos ligados ao PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e PDT. Em ambas as gestões municipais ocorridas neste período, com duração de oito anos consecutivos, diversas ações são firmadas no sentido de organização de um Sistema Municipal de Ensino recém-criado.

Os processos educacionais efetivados são fruto de regulamentações, sistematizações, discussões e embates que se dão no campo educacional – sendo este fortemente marcado pela construção dos textos legais como, por exemplo, a legislação que cria os Conselhos do FUNDEF em 2003 e posteriormente o do FUNDEB, em 2007, e a ainda a que institui o Plano Municipal de Educação – Lei nº 4.246 de 03 de janeiro de 2007. Esses Diplomas Normativos darão subsídio às ações da gestão educacional municipal, bem como às ações escolares ou funcionais. Por ser esta a ocasião em que se estabelecem, de modo prático, as diretrizes necessárias à construção do SME e se vivenciam as ações no sentido de sua fixação é que se delimita, neste estudo, a apreensão deste momento como Período de Implantação do SME.

### *3.3 O período de consolidação do SME (2009 – 2012)*

No Período de Consolidação do SME (2009 – 2012) a administração municipal é governada por prefeito pertencente ao PT – Partido dos Trabalhadores e conta com a participação do PCdoB (Partido Comunista do Brasil) ocupando o cargo de vice-prefeito. As ações educacionais propostas e produção de Diplomas Normativos Municipais neste período são decisivas para ampliação dos espaços já anunciados em situações legais anteriores – quando, observa-se a consolidação da legislação educacional de Santa Rosa (ocorrida em 2009), a reformulação do Plano de Carreira do Magistério Municipal (em 2012); a criação da Lei da Gestão Democrática – Lei Municipal nº 4.636, de 24 de março de 2010, com destaque para os eixos da autonomia na gestão administrativa – com a instituição de eleição de diretor e vice-diretor e dos Conselhos Escolares; autonomia na gestão pedagógica e autonomia financeira das escolas.

Neste período realizou-se a Conferência Municipal de Educação (2009) – que esteve articulada à discussão nacional das políticas educacionais – promovida pela CONAE 2010. Ainda, por meio de Conferências Escolares desenvolvidas nas 14 unidades de ensino fundamental promoveu-se a discussão de temas relacionados à educação, o que originou a I Conferência da Rede Municipal de Ensino (em 2011) que definiu princípios à educação pública municipal e que culminou na reformulação dos Regimentos Escolares e dos Projetos Político-Pedagógicos das Escolas de Ensino Fundamental e de Educação Infantil. Por ser o momento em que as políticas educacionais desenvolvidas ao longo de mais de uma década passava por reorganizações delimita-se, para fins de sistematização de estudo, como Período de Consolidação do SME.

#### **4. Em análise o contexto de influências: os sentidos expressos na construção das políticas educacionais municipais**

O Contexto de Influências é tomado como elemento *a priori* na efetivação da presente análise, quando se faz necessário mencionar que nele os diversos grupos se posicionam de modo a explicitar seus interesses e assim influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado (MAINARDES, 2006). Nesse contexto podem ser percebidas as atuações de grupos como: os governos (executivo) e representantes do poder legislativo, além das entidades da sociedade civil, como os partidos políticos, as entidades classistas, sindicatos, redes de comunicação, colegiados e representações de diversos segmentos sociais. A articulação entre esses grupos possibilita que sejam produzidos os discursos e firmada a legitimidade em torno destes, como elementos que serão imprescindíveis à base das políticas a serem formuladas.

Além da influência local, em torno dos grupos que estão no poder (sociedade política) e dos grupos da sociedade civil organizada, podem ser constatadas, ainda, influências do macro contexto social, isto é, as delimitações internacionais e nacionais que, através de agências multilaterais ou de governos, interferem nos processos educacionais e sociais como um todo (BALL, 1992).

Conforme já anunciado anteriormente, no processo de tratamento dos dados coletados nesta pesquisa utilizou-se o *software Atlas/ti*, que, enquanto recurso tecnológico para análise qualitativa, possibilitou a apreciação de um grande número de informações de forma concisa e detalhada, e a sua representação por meio da construção de teias de dados que permitem a identificação de padrões ou repetições de interesse.

As categorias de análise, geradas com o auxílio do *software Atlas/ti*, emergem das reflexões dos sujeitos desta investigação quando foram encontradas 35 indicações que se referem ao Contexto de Influências, sendo que oito delas se repetiram em mais de uma categoria. Deste modo as categorias identificadas foram: a) Influências Locais: 12 citações; b) Influências Nacionais: 11 menções; c) Influências Ideológicas: 09 alusões e d) Influências Partidárias: 11 referências. Estes dados podem ser visualizados na Figura 2, que apresenta a teia gerada a partir do uso do *software Atlas/ti*.



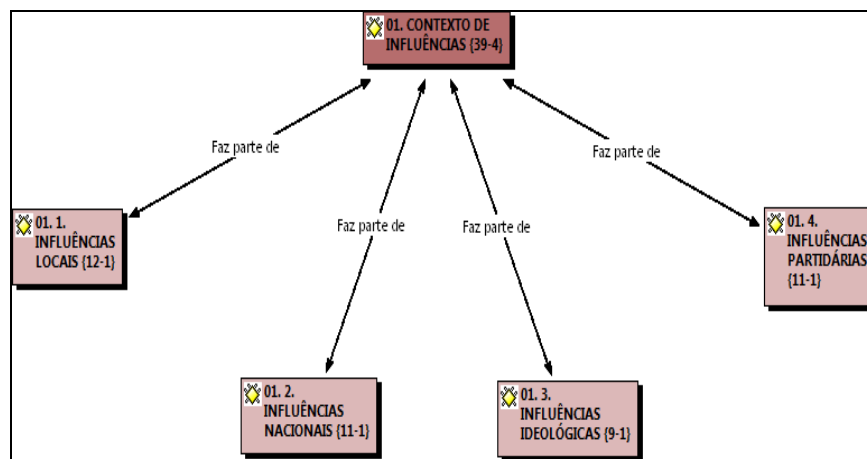


Figura 2 – Teia gerada com o auxílio do *software Atlas/ti*, com a representação das categorias que emergem a partir do elemento *a priori* Contexto de Influências.  
Fonte: Produção própria.

A seguir são apresentadas as concepções dos sujeitos partícipes do estudo de modo a elucidar como as políticas educacionais são organizadas no contexto local, quais grupos e ações oriundas deste espaço contribuem para o desenvolvimento da educação. Também são discutidas as percepções dos sujeitos a partir das interferências do macro contexto, aqui entendido como nacional e as imposições oriundas das orientações partidárias e das ideologias dominantes. As ponderações dos sujeitos, coletadas por meio de entrevistas e questionários são apresentadas textualmente pelo autor da pesquisa, sem ocorrer citações diretas das falas.

#### 4.1 O enfoque do local: representatividade colegiada

Na análise das influências locais na definição das ações educacionais podem ser observadas as manifestações dos sujeitos formuladores de políticas atuantes no Período de Consolidação do SME/SR, quando fica evidente a ideia da representação através dos conselhos municipais, como órgãos que propiciam a participação. Através das distintas atuações no Conselho Municipal de Educação (CME) ou em conselhos a ele articulados os sujeitos percebem uma forte influência das ações locais sobre a organização das políticas educacionais.

O GM 01 pondera que até o momento da criação do SME/SR a tomada de decisão sobre as ações educacionais esteve centrada na figura do gestor político que detinha o poder de gerir os processos a partir de suas próprias convicções ou de interesses que estivessem alinhados a sua representação política o que, com a organização do SME, vem se alterar significativamente. A partir da concretização do sistema de ensino próprio ocorre a abertura de espaços à tomada de decisões e conseqüentemente se ampliam também as influências de órgãos colegiados, de corporações e de pessoas que se articulam nas diversas instâncias da

sociedade.

No que se refere à representação social no espaço da educação municipal é preciso que seja considerada a Lei Municipal nº 3.211/1999 que cria o SME/SR e também a Lei nº 4.477/2009 que dispõe sobre a estrutura administrativa da prefeitura municipal de Santa Rosa e que em seu bojo insere o SME. Em ambas as legislações apresenta-se a composição do CME que traz no seu rol de membros representações de 21 setores ou entidades da comunidade local e do poder governamental. Esta ampla representação situa o referido CME como um dos maiores conselhos municipais do Estado do Rio Grande do Sul, pois, conforme Werle (2006) a maioria dos CME gaúchos (em torno de 60%) têm nove membros, sendo que não somam 20% os municípios cujos colegiados educacionais municipais são formados por mais de 10 componentes, ainda observa a autora que 8,75% dos colegiados possuem 12 membros e apenas 6,25% dos CME são compostos por mais de 15 membros.

Ainda que a representatividade de diferentes organismos, tanto da sociedade civil quando da sociedade política, se fazem presentes na composição do CME a participação dos professores municipais neste processo foi percebida de modo muito tímido. É o que destaca o Presidente do CME 01 quando manifesta que a representatividade junto ao CME envolveu os diversos segmentos da sociedade, em especial aqueles ligados ao setor educacional, entretanto, a participação de professores e gestores neste colegiado poderia ser ampliada de modo a fortalecer o papel da escola junto ao SME/SR. O Presidente do CME 02 também pondera que quanto aos grupos de interesse os professores tiveram espaço assegurado através de representantes da categoria. Entretanto, o Presidente do CME 01 conclui que o envolvimento dos professores não foi muito significativo, sendo poucos os momentos de efetivo envolvimento do coletivo dos professores.

A garantia de ampla composição do CME/SR, definida em lei, não sinaliza que de fato a representação se faça sentir de modo comprometido, pois, ainda que os professores tenham espaço junto a este colegiado pouco se envolvem com os processos de formulação das políticas e na discussão das mesmas.

A tarefa de organização das políticas públicas não pode ficar restrita apenas a participação dos sujeitos nos CMEs sendo necessário que se adotem outros meios que possam favorecer a ampla participação de todos os envolvidos nos processos de planejamento e execução das políticas locais. Todavia, em outras situações pontuais de definição das políticas educacionais o grupo dos professores ligados ao SME/SR participa de modo mais ativo. Esses espaços de abertura à participação dos docentes decorrem de ações empreendidas pelos gestores políticos que, ligados a Secretaria Municipal de Educação e Juventude (SMEJ), fazem o chamamento para que os docentes se manifestem frente às situações específicas de estudos em momentos singulares, como no caso da elaboração do Plano Municipal de Educação (PME), discutido amplamente com a sociedade civil e governo em 2004 – e que seria consagrado através de um Diploma Normativo formatado, na instância administrativo-política e configurado na Lei Municipal nº 4.246/2007.

A participação dos professores no processo de discussão dos rumos da educação santa-

rosense, efetivada neste momento, foi destacada pelo GME 02 que assinala que a condução do processo de elaboração do PME contou com a participação das universidades locais e com categorias de professores da rede estadual de ensino, mas que de modo destacado o envolvimento dos professores municipais se faz sentir. Neste Período de Consolidação do SME/SR a gestão municipal promoveu diversas audiências públicas para tratar de temas ligados ao ensino municipal sendo que, nestas audiências as comunidades escolares se fizeram representar, através dos Círculos de Pais e Mestres (CPM), dos grupos de gestores das unidades escolares e de seus professores, funcionários e alunos. Também o CME e a própria SMEJ se envolveram nestas discussões com vistas ao planejamento das ações educacionais.

Em paralelo à influência dos grupos articulados por meio do CME também a ação da Câmara Municipal de Vereadores é ressaltada enquanto grupo de fomento às ações promovidas no âmbito do SME/SR. O GM 02 salienta as influências locais, principalmente da Câmara a partir das ações de seus vereadores, que pela ação partidária acabavam influenciando diversas ações junto ao CME. Nas reflexões deste gestor é possível antever o raio de ação do parlamento municipal que a partir dos interesses particulares de grupos de representação política também agem na definição das orientações da política educacional.

A conjuntura local de organização do SME/SR torna-se referência para outros contextos municipais, ou seja, ações planejadas e implementadas de modo pioneiro em Santa Rosa constituíram-se em modelo para municípios da região, pois, como relembra o GME 02 os outros municípios também olhavam o que Santa Rosa estava fazendo em termos de construção de seu próprio SME e, além das questões partidárias, alguns gestores municipais buscavam conhecer a proposta educacional santa-rosense, pois também tinham interesse em implantar sistemas. Assim o reflexo das ações locais ecoa, num conjunto de ações regionais, quando a pretensão de criação do SME nos municípios vizinhos também se firma como necessidade de atendimento às orientações na legislação nacional.

Ainda que, no local, sejam firmadas ações com vistas à maior autonomia, diálogo e participação, estas situações se espelham também em atenção às demandas expressas nacionalmente. É o que destaca o GME 03, quando, no Período de Consolidação do SME vê uma articulação muito forte entre o local e o nacional, dada a aproximação de interesses e de ações entre União e Município.

#### *4.2 Influências nacionais e seus desdobramentos no trato das políticas educacionais municipais*

Quando instigados a refletir sobre as influências nacionais e seus desdobramentos sobre as questões educacionais municipais os sujeitos formuladores das políticas se posicionam de modo a confirmar o fator de influência nacional sobre o local.

O GME 01 ao relembrar o Período de Criação do SME/SR faz menção à construção da legislação federal, em especial às definições que organizam a educação nacional e seus

reflexos sobre os demais sistemas – estaduais e municipais, quando as novas exigências e direcionamentos também instavam à organização e ajustamentos no contexto local. Em decorrência dos dispositivos que se anunciavam com a LBD/96 foram firmadas ações no sentido de atendimento às demandas legais sendo necessária maior atenção e o estudo das dinâmicas que se anunciavam no nascedouro de uma lei educacional que se promulgava na nova ordem democrática brasileira.

O GM 01, tendo atuado à frente da administração municipal no Período de Implantação do SME/SR, destaca a influência nacional como fator decisivo para melhor organização da educação local, quando, a partir da legislação máxima, expressa a partir da LBD/96, se fixa a necessidade de um fundo para a educação brasileira. Inicialmente sob a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 que estabelece o FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, tem-se possibilidade de maior ordenamento das questões de financiamento da educação, com a definição objetiva dos totais de recursos, de orientações para sua aplicação e formas de prestação de contas e acompanhamento.

Os arranjos na definição dos recursos e direcionamentos da aplicação dos mesmos, a partir da legislação nacional são ratificados pelo GME 02 que, na coordenação da SMEJ neste período sente, de modo contundente, a responsabilidade na aplicação dos recursos advindos através de repasses da União sendo plausível a justificativa de que a política nacional é muito forte no município, quando basicamente através dele se define inclusive a aplicação de recursos.

A maior incidência de referências às influências do macro contexto nacional se observa na fala dos sujeitos que se articulam no Período de Consolidação do SME/SR. Este período coincide justamente com um momento em que se aloca no poder tanto em nível nacional como estadual o mesmo partido político – o Partido dos Trabalhadores (PT) e, deste modo, as ações fomentadas no macro sistema encontram ressonância no aparelhamento das políticas locais de modo mais intenso.

É o caso do GM 02 que destaca a influência nacional no sentido de encaminhamento de projetos, ações e programas educacionais que, no contexto da gestão da educação municipal, serão implementadas e ajustadas como política em uso. Em sua fala deixa claro que as influências nacionais vieram através de vários programas criados pelo governo federal e aderidos pela administração municipal, como por exemplo: o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (PROINFÂNCIA), o Brasil Alfabetizado, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos, na Formação Inicial e continuada com ensino fundamental (PROEJAFIC), o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO), o Programa Mais Educação e o Programa Segundo Tempo. Estes programas, assumidos pela administração municipal, serão objeto de ações que buscam articular o poder público e a comunidade escolar. Em paralelo também ocorrem ações de formação dos sujeitos educacionais que se envolveriam na execução de tais programas.

Na logística de organização da educação municipal a corresponsabilidade entre os

entes federados é preconizada no Artigo 74 da LDB/96, que prevê que a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverá “estabelecer padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental, baseado no cálculo do custo mínimo por aluno, capaz de assegurar ensino de qualidade” (BRASIL, 1996). As distintas ações que se efetivam no município de Santa Rosa, decorrentes do atendimento do aspecto de colaboração entre os entes federados, podem ser sentida na implantação de programas, nas ampliações/reformas/construção de unidades escolares e nas ações que objetivaram prover as escolas com equipamentos necessários ao trabalho pedagógico. Isto se evidencia no discurso do GM 02 que referenda diversas conquistas, advindas por meio de parcerias com a União.

Os programas anunciados por este prefeito, em sua reflexão, se originam no cerne do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que se firmam como programas gerenciados pelo Ministério da Educação e anunciados no Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação instituído pelo Decreto 6.094/2007. Neste compromisso, a União se empenha no aporte de recursos financeiros, materiais e técnicos para a consolidação de 28 diretrizes que visam à qualidade da educação pública brasileira e o desenvolvimento das metas definidas no Plano Nacional de Educação (PNE – 2001), até então pouco efetivadas. Na implementação do Compromisso os sistemas municipais e estaduais de ensino assumem um pacto de trabalhar em prol da melhoria dos resultados da avaliação, da qualidade e do rendimento dos estudantes.

Nenhum presidente do CME sinaliza, de modo explícito, a influência dos aspectos nacionais na delimitação das políticas educacionais municipais, o que não significa que estes sujeitos não estejam atentos ao macro contexto ou que não o percebam como decisivo na condução das políticas locais. Estes sujeitos, ao referenciarem de forma mais contundente os aspectos locais e os comprometimentos partidário-ideológicos, indiretamente, sinalizam que o atrelamento às influências nacionais são percebidas e confirmadas no *locus* do município.

#### *4.3 As questões ideológicas e seus contornos nas políticas educacionais locais*

A concepção de ideologia, muitas vezes entendida em um sentido pejorativo, necessita ser revisitada e, neste sentido Chauí (1984, p. 31) procura desmitificar esta noção simplista afirmando que “ideologia não é sinônimo de subjetividade oposta à objetividade, não é pré-conceito nem pré-noção, mas é um ‘fato’ social justamente porque é produzida pelas relações sociais”.

Nesta pesquisa, que se dá em circunstâncias motivadas pelas relações sociais, torna-se necessário compreender o papel da ideologia como elemento que pode potencialmente ser promotora de mudanças, quando estas, por sua vez, estendem-se não apenas no campo da produção das ideias, mas também, em todas as atividades humanas (GRAMSCI, 1987).

No Período de Criação do SME/SR o atrelamento das questões político-partidárias e

ideológicas se entrecruzam o que pode ser percebido quando, por exemplo, o GME 01 expõe que dentre as questões ideológicas de seu partido sempre esteve em pauta a área da educação. Esta conexão entre política partidária e ideológica se confirma no anseio pela autonomia e independência na construção de ações educacionais locais, sendo que isto também é intuído na reflexão do Presidente do CME 01 que acompanha as construções neste período e salienta que, inicialmente, o desejo de alguns setores, especialmente do Executivo, era obter independência do Sistema Estadual de Ensino.

Cabe ressaltar que esta autonomia reflete no empoderamento dos sujeitos articulados na política local, no surgimento de lideranças e em embates que se darão no campo de disputas pelas ideias defendidas por grupos ligados ao Estado ou de grupos da sociedade civil que, de modo organizado serão protagonistas do fazer educacional no espaço do município. A disposição em criar o SME/SR parte de uma consciência local visto que a legislação nacional, configurada na LDB/96, previa, ainda, como opção que o município pudesse compor com o Estado um sistema único.

Em Mészáros (1996) se compreende que as ideologias conflitantes em qualquer período histórico constituem “a consciência prática necessária através da qual as principais classes da sociedade se relacionam e até, de certa forma, se confrontam abertamente, articulando sua visão de ordem oscila, correta e apropriada como um todo abrangente” (MÉSZÁROS, 1996, p. 22-23). Na implantação do SME ocorrem ações que, em certo momento se expressam como dilemas, entendidos como necessários e naturais numa construção dinâmica que envolve tantos e variados sujeitos, com suas demandas coletivas, com suas subjetividades individuais ou grupais.

O GM 01 considera que no Período de Implantação do SME/SR alguns conflitos se interpõem nas relações entre os sujeitos partícipes do processo educacional. Em seu apontamento sintetiza que teve algumas dificuldades com o CME, dado a presença de embates ideológicos que criaram algumas polêmicas e conflitos. O GME 02, ao referir-se às ações e embates no mesmo período infere que as questões ideológicas que sustentam as práticas partidárias se integram e se revelam no trato das políticas públicas. Diante desta declaração percebe-se a necessidade da parte da sociedade política, no poder municipal, em promover a educação local com vistas ao alcance de metas previstas em seus planos de governo, o que, em alguns momentos se manifesta inversamente aos interesses de grupos da sociedade civil, daí os conflitos e desgastes políticos entre uma instância e outra.

No papel de protagonistas na formulação das políticas educacionais o CME pode ser percebido como uma das forças instaladas localmente. No desempenho de suas funções os conselheiros do órgão colegiado deixam transparecer situações desfavoráveis, como é o caso do Presidente do CME 02, que manifesta que as administrações sempre interferem e não aceitam sugestões e acabam decidindo conforme suas prioridades ou ainda, como infere o Presidente do CME 04, quando salienta que as administrações tentam manipular o CME a seu favor.

Ao sinalizar a intervenção do poder público municipal sobre um órgão colegiado estas referências evidenciam centralismos ou a falta de diálogo entre as instâncias envolvidas no planejamento e execução das ações educacionais. O GM 02, no Período de Consolidação

do SME/SR, argumenta que os governos instauram seus modelos de gestão por meio de ações educacionais. Ao buscar imprimir seu próprio modelo de gestão por vezes podem ocorrer conflitos de interesses que se projetam a partir dos grupos formuladores de políticas entre si e mesmo com os sujeitos que delas se beneficiam diretamente – os agentes que nas unidades escolares acatam, reproduzem, modificam ou desconhecem o que se projeta em situações anteriores, junto aos grupos de decisão.

#### *4.4 A ação dos partidos na configuração das políticas educacionais*

Os sujeitos formuladores das políticas educacionais municipais, quando indagados sobre a influência dos partidos políticos, como espaço de organização em que se imbricam elementos da sociedade civil e do Estado, posicionam-se, corroborando que esta influência é decisiva para elaboração dos projetos e para o processo de tomada de decisão quanto a sua implementação.

Neste sentido, ao trazer à memória os elementos partidários que estiveram articulados na intenção e criação do SME/SR, o GM 01 coloca em evidência o papel do partido enquanto *locus* ideológico, em especial ao confirmar que as orientações que emanam de instâncias superiores são projetadas no espaço municipal e se consolidam em projetos e programas executados localmente. Confirmando que a faceta da educação sempre foi pauta das percepções partidárias este mesmo gestor continua sua reflexão ponderando que o foco do partido sempre foi muito forte na orientação às questões educacionais nacionais, estaduais e municipais.

Ao exaltar a organização do SME/SR, de modo pioneiro no Estado do RS, o GME 01 ainda aponta um fator de aproximação com os ideais expressos na sua agremiação partidária, ou seja, o de destacar a área da educação, como bandeira prioritária, dentre as políticas públicas. É necessário ainda pontuar que, as prerrogativas de instâncias estaduais, mencionadas pelo referido gestor podem ser associadas às aproximações existentes entre o partido no poder local – o PMDB que governa o município na gestão entre 1997 e 2000, e o partido à frente da administração estadual, quando o mesmo partido governa o RS entre 1995 e 1998. A sintonia entre o pensar global e o local se faz sentir mais uma vez, de modo intenso, quando há um alinhamento de partidos no poder.

No Período de Implantação do SME/SR, o que se observa é um distanciamento das orientações partidárias nacionais/estaduais, pois o GM 01 reflete que neste período os partidos não tinham grandes ideologias e as ações se davam de modo muito intuitivo. Entretanto, esta condição de não atrelamento aos ditames partidários mais amplos (estaduais ou nacionais) não isenta o partido no poder municipal de, localmente, exercer influências no sentido de direcionamento das questões de elaboração e execução das políticas públicas. Isto é exposto no pensamento deste mesmo gestor ao afirmar que no espaço da Câmara Municipal de Vereadores seu partido possuía uma bancada majoritária a qual sempre contou com orientações estratégicas para o desenvolvimento de ações

educacionais projetadas pela administração.

Ao definir as estratégias para a condução das demandas educacionais, por meio da organização da SMEJ, visualizam-se os desdobramentos do executivo municipal em atender as propostas apresentadas em um momento de disputa pelo poder. A função partidária, em si, interposta na dicotomia poder *versus* governo precisa se fundamentar, entre outras coisas, no empenho para o cumprimento do anunciado nas disputas eleitoral. Este entendimento é ressaltado pelo GME 02 ao deixar claro que ao assumir a SMEJ fazia parte de uma composição político-partidária que apresentou um programa de governo com uma série de ações a serem desenvolvidas. A função ideológica implícita na elaboração do programa partidário que se firma em proposta de governo quando de um sufrágio municipal, se expressa de modo a abarcar as principais questões políticas em voga no país ou mesmo em contextos internacionais o que, de certa forma, pode se consolidar como a identidade do partido, ou seja, em questões prioritárias ou bandeiras que passam a ser orientadoras das práticas.

Ainda que o programa de governo, debatido e convencionado no espaço dos partidos políticos que se concentram em torno do poder, seja objeto de implementação no campo das ações educacionais este processo não se faz, na prática, de modo sereno. As forças que emanam do contexto da sociedade civil organizada, representadas em espaços colegiados e em instituições – que não dispensam o expediente partidário em sua composição, se fazem presentes no questionamento, no acompanhamento, na avaliação ou mesmo no sentido de obstruir projetos/intenções que são suscitados pelo partido no governo municipal, quando posições antagônicas se confrontam. Isto é observado pelo GME 02 quando sinaliza que na composição do CME geralmente se articulam pessoas ligadas às distintas organizações sendo, muitas delas, com vínculos partidários o que, no contexto do órgão colegiado por diversas vezes se projeta como uma trincheira de partidos políticos a defender suas questões.

No espaço do CME também são ressaltadas as interferências partidárias que se propagam no trato dos encaminhamentos realizados. O Presidente do CME 05 abona que no andamento das reuniões de trabalho, a partir de opiniões manifestas, eram percebidas as influências partidárias. Neste sentido, é preciso destacar que os agentes que atuam diretamente nos espaços de definição e mesmo de execução das políticas educacionais não são sujeitos passivos, ao contrário, se fazem nas experiências, nos embates, nas discussões e possuem preferências políticas diversas, que por certos momentos se aproximam e em outras se distanciam daqueles grupos no poder municipal. Assim, os conflitos anunciados pelos sujeitos, são característicos de uma ação política conjunta de vários agentes, que intencionalmente se lançam a busca de um resultado melhor que o de ações isoladas.

No Período de Consolidação do SME a sintonia entre as instâncias governamentais municipal/estadual/nacional, por meio da ação do Partido dos Trabalhadores no comando do executivo nos três níveis de governo, é destacada como elemento decisivo para um movimento mais afinado na significação de políticas uniformes. O GME 03, ao refletir sobre estas aproximações lembra que as diretrizes partidárias e de governo nas três esferas governamentais trazem os mesmos conceitos do diálogo, da formação, da oportunidade



para todos.

O entendimento destas oportunidades ajustadas em um processo de acordo mútuo que se dá no debate amplo do partido e de suas orientações é destacado como possibilidade de se fazer acontecer, no âmbito particular, o que se projeta em níveis mais amplos. Mais uma vez o alinhamento partidário em torno dos governos (poder executivo) é ressaltado como elemento que pode propiciar um desenvolvimento de políticas mais homogêneas, afinadas com propósitos comuns e articuladas por meio de programas e ações complementares. Isto evidencia que nos processos de organização de um Sistema Municipal de Ensino os ditames ideológico-partidários se refletem de modo intenso, permeando ações e exigindo ajustes entre sociedade civil e sociedade política para a consecução dos objetivos da educação pública.

## **5 Breves ideias conclusivas**

Com o arranjo dos Sistemas Municipais de Ensino, a partir da reestruturação legal, a comunidade, localmente aparelhada, tem a possibilidade de pensar as políticas educacionais, de modo a privilegiar um ensino contextualizado, considerando as características regionais e culturais. No entanto, ainda que a organização do SME permita uma maior integração e participação da comunidade, alguns entraves de ordem ideológico-partidárias e de interesses de determinados grupos, tendem a prevalecer sobre os interesses coletivos. É preciso, diante destes obstáculos, acercar-se de dispositivos que não só garantam a coexistência de espaços participativos, mas que também favoreçam o compartilhamento de ideias e projetos, pautados em ações dialógicas que fluem das vertentes tanto políticas quanto civis.

Neste sentido, pode-se conceber que as ações dos partidos, no poder ou fora dele, são decisivas quando da articulação e da intenção de projetar uma política educacional local. De todos os espaços do SME se originam demandas políticas que, tratadas, em um primeiro momento, nos bastidores partidários, podem vir a ser, mediante articulação e influências exercidas pelos grupos, elementos materiais que se apresentam na forma de textos e de prática consolidadas no sistema de ensino.

De igual modo os aforismos ideológicos se associam às ações partidárias na demarcação das políticas que se efetivam na prática de criação, implantação e consolidação de um SME. Estas influências ideológicas serão elementos interessantes no processo de constituição do SME, pois, dadas as ações dos grupos no poder ou no espaço da sociedade civil organizada, onde cada um pode expressar suas concepções de mundo, de homem e de sociedade, é que torna-se possível um debate intenso sobre os rumos da educação municipal.

Em uma perspectiva de análise mais recente Ball, em entrevista a Mainardes e Marcondes (2009), situa que o contexto da ação política se funde ao contexto de influência, uma vez que é parte do ciclo do processo por meio do qual as intenções, projetos e políticas

mudam ou podem ser mudados. Ainda, em sua ótica, Ball pondera que tanto o pensar sobre as políticas quanto o discurso das políticas podem ser mudados pela ação política.

Diante deste estudo, percebe-se que as influências de ordem partidárias e ideológicas presentes no âmbito local ou nacional apresentam elementos que necessariamente serão constituidores de políticas públicas no espaço do município de Santa Rosa – RS. De forma muito pontual, no Período de Criação do SME/SR (1997-2000), todas as possibilidades expressas na legislação brasileira, que apontam a descentralização como condição para repasse de responsabilidades de forma compartilhada entre os entes federados trazem ao município um novo modelo de gestão que resulta na construção do Sistema Municipal de Ensino. Como consequência de todas as discussões, debates, vontades de grupos, interesses de partidos e necessidades dos sujeitos educacionais a criação do SME se projeta como opção local, o que, dentro de uma condição facultada pela legislação nacional, não chega a ser uma exigência, mas antes uma orientação para a melhor organização das questões educacionais municipais.

As circunstâncias de organização do SME provocam, no Período de Implantação (2001-2008), uma efervescência de ações e ajustes necessários que nem sempre são serenos, mas que geram tensões e desgastes entre os sujeitos da educação municipal. Em decorrência de uma construção democrática que dá seus primeiros passos no campo educacional os conflitos podem ser percebidos como parte de uma caminhada em que interesses distintos e necessidades particulares ou coletivas precisam ser costurados a partir de acordos, de diálogos, de recuos e de avanços na perspectiva de uma constante ampliação dos espaços participativos. As influências sentidas neste período em particular guiam o SME/SR à busca de um estágio de desenvolvimento que se projeta na articulação legal, com a definição de importantes questões que organizam tanto os aspectos curriculares como de políticas mais amplas que extrapolam o período em questão, como a discussão do Plano Municipal de Educação, que vem estabelecer diretrizes e metas para a educação local para o período de uma década.

A partir dos encaminhamentos já expressos nos períodos anteriores ocorre, no Período de Consolidação do SME (2009-2012), uma reelaboração de situações educacionais quando um olhar sobre a trajetória até então construída possibilita a reorientação dos processos. Neste sentido, as influências nacionais e partidárias terão alcances muito imediatos sobre o planejamento e execução de programas e projetos educacionais, o que se justifica pela aproximação de concepções entre os níveis de governo municipal, estadual e federal sob a mesma orientação ideológico-partidária quando, importantes programas definidos em instâncias administrativas superiores encontrarão ressonância significativa nas elaborações e fazeres educacionais locais.

Os partidos e suas ideologias têm, no conjunto da educação municipal, uma influência ímpar no que diz respeito à formulação das políticas. Pressões originárias de compromissos assumidos pelos governos que se sucedem à frente da administração municipal são verificadas no sentido de garantir que projetos apresentados na elaboração dos Planos de Governos se materializem na prática cotidiana do SME/SR.

É notório que, entre o dito/preendido nos compromissos de grupos da sociedade

política e o executado enquanto política pública brotem entraves não esperados, decorrentes da manifestação dos sujeitos escolares e de outros grupos da sociedade civil que não estiveram presentes na formulação dos compromissos partidários, mas que na execução das ações educacionais não podem ser desconsiderados. É exatamente a partir destas situações, configuradas em um primeiro momento como dilemas, mas que sinalizam atitudes de confronto, de questionamentos, de averiguações, de fiscalização e de monitoramento das políticas públicas que a sociedade civil se fortalece e exerce influências sobre a organização da educação municipal.

### **Referências**

- BALL, Stephen J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. In: **Currículo Sem Fronteiras**. v. 1, n.2, p. 99-116, dez. 2001. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org>>. Acesso em 21 mai. 2012.
- \_\_\_\_\_. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. In. BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson (orgs.). **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2003.
- BOWE, Richard; BALL, Stephen. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em 12 abr. 2012.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984. Coleção Primeiros Passos; v. 7.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- LOPES, Alice Casemiro; MACEDO, Elizabeth. Contribuições de Stephen Ball para o estudo de políticas de currículo. In. BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson (orgs.). **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.
- MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. In: **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2012.
- MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria Inês. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. In: **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a15.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2012.
- MAINARDES, Jefferson; FERREIRA, Márcia dos Santos e TELLO, César. Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In. BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson (orgs.). **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.
- MÉSZAROS, István. **O poder da Ideologia**. São Paulo: Ensaio, 1996.
- WERLE, Flávia Obino. Gestão da educação municipal: Composição dos Conselhos Municipais de Educação do Rio Grande do Sul. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. v.14 n. 52, Rio de Janeiro: Cesgranrio, Jul-Set. 2006. p. 349-364.

***Correspondência:***

**Oséias Santos de Oliveira:** Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS). Professor do Ensino Superior na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, atuando no Departamento de Educação (DEPED – Campus Curitiba). Pesquisador no Grupo de Estudos sobre Desenvolvimento Profissional Docente (UTFPR) e no Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas e Gestão Educacional (UFSM).

**E-mail:** oseias@utfpr.edu.br

---

Texto publicado em *Currículo sem Fronteiras* com autorização do autor.

---